

1º MAI 1990

PSDB tenta acordo para garantir quorum

ESTADO DE SÃO PAULO

ELIANE CANTANHÊDE
FLAMARION MOSSRI

BRASÍLIA — O líder do PSDB na Câmara, Euclides Scalco (PR), tentará esta semana um acordo com as lideranças partidárias no Congresso para votar, até junho, no máximo, as leis de regulamentação de seis questões prioritárias na Constituição. Essas questões vão do tabelamento dos juros em 12% ao funcionamento do Ministério Público. O acordo de liderança é tido como saída para manter o ritmo de votações da Casa. Em ano eleitoral, ela registra frequentes faltas de quorum.

A intenção de Scalco é restabelecer os períodos de “esforço concentrado” — ou seja, dias acertados previamente entre os líderes para as votações mais importantes dos anos eleitorais. As seis prioridades que o líder do PSDB destacou para a regulamentação (por leis complementares ou ordinárias) da Constituição são as seguintes: tabelamento dos juros bancários em 12%, seguridade social, lei agrícola, Código do consumidor, funcionamento do Ministério Público e advocacia da União.

Além das regulamentações, há quatro medidas provisórias do Plano Collor, os vetos presidenciais às 33 medidas provisórias já votadas no próprio Congresso e, enfim, a pauta ordinária — os projetos de lei que tramitam, geralmente no anonimato, tanto na Câmara quanto no Senado.

A proposta de Scalco, porém, não teria obtido êxito se

tentada ontem. Não estavam no Congresso os líderes do PMDB, PFL, PDS, PTB, PDT, PC do B e PSB, além do próprio líder do PSDB, que telefonou de Curitiba para ditar sua intenção à assessoria. Os estacionamento e, principalmente, as filas das agências bancárias da Câmara e Senado estavam disputados, mas por funcionários.

AUSENTES

Às 13h30, ao abrir a sessão da Câmara, o presidente da Casa, Paes de Andrade (PMDB-CE), tinha a companhia de apenas quatro deputados. Fora o pernambucano Nilson Gibson (PMDB), os demais eram todos de Brasília mesmo: Maria de Lurdes Abadia (PSDB), Augusto Carvalho (PCB) e Walmir Campello (PTB).

A sessão foi em homenagem ao “Dia do Trabalho”, internacionalmente comemorado hoje, e requerida por Nilson Gibson. Meia hora depois de iniciada, encerrou-se com a presença de apenas 10 dos 495 deputados. Quatro partidos estavam totalmente ausentes: PT, PDT, PSB e PC do B. Um cenário parecido havia no plenário do Senado. O senador Pompeu de Sousa (PSDB), também de Brasília, abriu a sessão às 14h30, em companhia de cinco companheiros: Alberto Hoffmann (PDS-RS), Francisco Rollemberg (PMDB-SE), Mário Maia (PDT-AC), Lourival Baptista (PFL-SE) e Chagas Rodrigues (PSDB-PI). Na curta sessão, foi lida a mensagem presidencial indicando o jurista Carlos Mário Veloso para o Supremo Tribunal Federal (STF).